

Carta dos Editores

Flavio Gaitán e Francisco Duarte

O presente número da revista *Desenvolvimento em Debate* reúne um conjunto de artigos que abordam, sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, temas centrais para a compreensão dos desafios contemporâneos do desenvolvimento. As contribuições exploram desde as transformações tecnológicas e suas implicações para a inovação e a educação, passando pela interseção entre economia e política em momentos de crise institucional, até questões socioambientais e de justiça social. Além disso, os estudos analisam o papel das políticas públicas em diferentes contextos, sejam elas voltadas para a sustentabilidade nas compras governamentais, para a distribuição equitativa dos benefícios do agronegócio ou para a efetivação do direito à saúde. Assim, os artigos deste volume oferecem um panorama diversificado e crítico das dinâmicas que estruturam o desenvolvimento socioeconômico e político, destacando suas contradições e possibilidades.

O artigo que abre o volume, “*Educação Digital: O Acesso Digital para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4)*”, de Daiane Schneider Leviski e Daniel Rubens Cenci, investiga o papel do acesso digital como um instrumento emancipador para a promoção da educação inclusiva, equitativa e de qualidade, conforme preconizado pela Agenda 2030 da ONU. Partindo de uma abordagem hipotético-dedutiva, sustentada em revisão bibliográfica, o estudo analisa o potencial das tecnologias da informação e comunicação (TICs) para fortalecer processos pedagógicos, destacando a importância da integração entre políticas educacionais e o acesso digital como condição para a efetivação do ODS 4. Os autores argumentam que o uso da internet é um vetor fundamental para a redução das desigualdades educacionais e a democratização do conhecimento, especialmente em contextos marcados por disparidades socioeconômicas.

Ao explorar as relações entre tecnologia e educação, o artigo evidencia tanto as oportunidades quanto os desafios para a concretização desse objetivo. Embora o acesso digital amplie horizontes de aprendizagem e favoreça a inclusão social, Leviski e Cenci demonstram que persistem lacunas significativas relacionadas à infraestrutura, à formação docente e à exclusão digital, agravadas por contextos de crise, como a pandemia da Covid-19. Leviski e Cenci defendem que, embora a tecnologia seja um recurso estratégico, ela não substitui a necessidade de políticas públicas robustas e investimentos em educação de qualidade. Assim, o artigo contribui para o debate acadêmico ao articular o acesso digital como um direito fundamental e um elemento central para o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

A seguir, o artigo “*A Agenda FIESP II: uma análise econômica do apoio da entidade ao impeachment de 2016*”, de Daniel Alem Rego e Leonardo Bispo e Jesus Júnior, investiga as motivações econômicas que levaram a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) a apoiar formalmente o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O estudo destaca o caráter inédito desse apoio na história da entidade e analisa como ele representou uma ruptura significativa com a relação anteriormente construída entre a Federação e os governos do Partido dos Trabalhadores. Os autores argumentam que a decisão da FIESP foi orientada por interesses ligados à manutenção e aprofundamento de políticas de redução de custos para o

setor industrial, em um novo contexto político e econômico que favorecia medidas liberalizantes e o enfraquecimento de políticas sociais.

A partir de uma análise teórica ancorada em conceitos como “bloco no poder” e “burguesia interna”, o artigo demonstra que o apoio da FIESP ao impeachment estava alinhado a uma agenda econômica que visava redefinir o papel do Estado, promovendo reformas estruturais que beneficiassem o capital industrial, como a reforma trabalhista e o teto de gastos públicos. O estudo contribui, assim, à para o debate sobre as relações entre o empresariado e o Estado no Brasil contemporâneo, evidenciando a forma como interesses econômicos e estratégias políticas se entrelaçam em momentos de crise institucional.

Na sequência, o artigo *“A construção de um equipamento científico pode estimular a inovação nas empresas que lhe forneceram sua tecnologia? Um estudo de caso sobre o Sirius”*, de Emanuel Galindo, Anapatricia Moraes Vilha e Ramón García Fernández, analisa como o desenvolvimento do Sirius — a mais complexa infraestrutura científica do Brasil — impulsionou a pesquisa, o desenvolvimento e a capacitação tecnológica em empresas nacionais. O estudo foca, assim, em um dos instrumentos utilizados para fomentar essa difusão tecnológica: a chamada induzida da Fapesp, que promoveu a interação entre o setor público e empresas fornecedoras de soluções tecnológicas. A partir de entrevistas com atores-chave, o artigo destaca a importância da troca de conhecimento entre as instituições demandantes e as empresas, evidenciando o papel das políticas de inovação pelo lado da demanda na geração de capacidades tecnológicas.

Os resultados mostram que o estímulo ao desenvolvimento tecnológico é mais eficaz quando há um relacionamento próximo e colaborativo entre o demandante público, tecnologicamente capacitado, e os fornecedores privados. Assim, para os autores o caso do Sirius revela que, embora desafios burocráticos e técnicos tenham sido enfrentados, as empresas envolvidas registraram avanços significativos em suas atividades de P&D, além de ganhos em gestão e novas oportunidades de mercado. O artigo contribui para o debate sobre políticas de inovação, mostrando como grandes projetos científicos podem atuar como catalisadores de processos de aprendizado e inovação no setor privado.

O artigo a seguir, *“Evolução do Desenvolvimento Socioeconômico de Municípios e Macrorregiões do Estado do Piauí”*, de Francisdalva Rosa de Jesus, Ahmad Saeed Khan e Kilmer Coelho Campos, analisa o impacto da expansão do agronegócio no Cerrado Piauiense sobre o desenvolvimento socioeconômico da região. A partir da elaboração de um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDP), construído com base em 15 variáveis e utilizando a Análise Fatorial, o estudo compara a evolução dos municípios entre os anos de 2000 e 2010. Os resultados apontam para uma melhora modesta no nível de desenvolvimento da maioria dos municípios, com redução da proporção de localidades classificadas como de baixo desenvolvimento. No entanto, os autores salientam que persiste uma forte heterogeneidade regional, revelando desigualdades significativas, especialmente em áreas menos integradas à dinâmica do agronegócio.

O estudo salienta que, embora o agronegócio tenha promovido avanços econômicos em determinados municípios, esses benefícios não se traduziram de forma equitativa em melhorias sociais mais amplas, como acesso à educação, saúde e infraestrutura básica. Isso leva os autores a defenderem a necessidade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial integrado, capazes de mitigar as desigualdades regionais e promover uma distribuição mais

justa dos ganhos econômicos. O artigo contribui para o debate sobre as contradições do modelo de desenvolvimento baseado na expansão agrícola em regiões de fronteira, evidenciando tanto seus potenciais quanto suas limitações para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O artigo seguinte, *“Da Marginalização à Mobilização: A Articulação dos Movimentos Sociais na Luta Contra o Racismo Ambiental na Região Metropolitana do Recife”*, de Jacilmara Santos Melo, Wesley Morais da Silva, Marcos Vinícius da Silva Alves de Lima e Ana Beatriz de Araújo Lucena, analisa o fenômeno do racismo ambiental e a atuação de movimentos sociais na sua contestação. A partir de uma perspectiva decolonial, o estudo investiga como desigualdades socioespaciais se manifestam na precarização de assentamentos, na vulnerabilidade a desastres ambientais e na maior incidência de doenças em comunidades racializadas. Para tal fim, utilizando pesquisa bibliográfica, documental e estudos de caso dos movimentos CAUS e Fruto de Favela, o artigo examina como esses movimentos promovem a conscientização, a mobilização e a resistência em contextos de exclusão urbana e omissão estatal.

O trabalho destaca que o racismo ambiental transcende a esfera ambiental, refletindo dinâmicas históricas de segregação territorial e desigualdade estrutural no Brasil. A análise da Região Metropolitana do Recife evidencia como o Estado, por meio de políticas urbanas seletivas, perpetua práticas discriminatórias, enquanto movimentos sociais emergem como agentes fundamentais de transformação. O artigo contribui para o debate acadêmico ao articular a relação entre justiça ambiental, desigualdade racial e o direito à cidade, demonstrando a potência da ação coletiva na construção de alternativas para territórios historicamente marginalizados.

A seguir, o artigo *“Desenvolvimento das Compras Públicas Sustentáveis no Brasil: Avanços e Desafios”*, de Chrystian Biscaro, Luís Miguel Luzio-dos-Santos, Bernardo Carlos Spaulonci Chiachia Matos de Oliveira e Saulo Fabiano Amâncio Vieira, e analisa a evolução das compras públicas sustentáveis (CPS) em sete estados brasileiros, considerando seus marcos legais e editais de licitação entre 2014 e 2019. A pesquisa, de caráter longitudinal, destaca tanto avanços significativos como o aumento de quase 40% em licitações com itens sustentáveis no período, quanto desafios persistentes, como barreiras institucionais, falta de capacitação de gestores e limitada integração de critérios socioambientais nas práticas de compras públicas.

O estudo evidencia o papel estratégico das CPS na promoção do desenvolvimento sustentável, ao integrar preocupações ambientais, sociais e econômicas nas decisões de gasto público. Em efeito, os resultados demonstram que, embora haja um amadurecimento do debate sobre CPS e esforços institucionais para consolidar práticas mais sustentáveis, a implementação efetiva ainda enfrenta obstáculos relevantes, como a fragmentação normativa e a resistência cultural em órgãos públicos. Assim, os autores destacam a importância do engajamento de compradores e fornecedores, bem como da adoção de políticas públicas mais robustas que incentivem a inovação e a sustentabilidade nas contratações governamentais. Ao comparar diferentes contextos regionais, o estudo oferece uma análise crítica sobre o potencial das CPS para fomentar a transformação de práticas institucionais e impulsionar uma economia mais verde e inclusiva.

Por fim, o artigo *“Direitos da Personalidade e Saúde Pública no Brasil”*, de Marcelo Negri Soares, Déborah Cardoso Lauriano da Silva e Olivia Regina Lantaler Oliveira, analisa a relação entre

o direito à saúde e os direitos da personalidade no contexto da judicialização para ter acesso à saúde no Brasil. O estudo explora como a busca judicial por acesso a tratamentos e medicamentos expõe tensões entre o direito individual e a proteção do coletivo, destacando o papel do princípio da dignidade da pessoa humana e da reserva do possível nas decisões judiciais. Para tal fim, a partir de uma abordagem teórica e análise de jurisprudências, os autores examinam a atuação do Estado na garantia do direito à saúde, a divisão de responsabilidades entre as esferas de governo e a importância do preparo técnico dos profissionais do direito para lidar com a complexidade das demandas judiciais na área da saúde.

Os resultados do estudo apontam para a necessidade de uma compreensão mais ampla do papel do Judiciário na efetivação do direito à saúde, considerando tanto as limitações orçamentárias do Estado quanto a importância da equidade no acesso aos serviços de saúde. Em particular, o artigo destaca que decisões judiciais baseadas exclusivamente em demandas individuais podem comprometer a alocação de recursos públicos e a eficiência do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, os autores defendem uma abordagem que considere critérios técnicos, como pareceres da CONITEC e do NatJus, para equilibrar a proteção dos direitos individuais com a sustentabilidade das políticas públicas de saúde. O trabalho contribui para o debate sobre o papel da judicialização na efetivação dos direitos sociais, oferecendo reflexões relevantes para o campo do direito e das políticas públicas.

Os artigos reunidos neste volume contribuem para o debate acadêmico ao iluminar as tensões e oportunidades que marcam os processos de desenvolvimento em diferentes dimensões. Ao longo das discussões, evidenciam-se os desafios da inclusão digital na educação, as disputas econômicas e políticas que reconfiguram o papel do Estado, os impactos da inovação tecnológica sobre o setor produtivo e as desigualdades socioespaciais perpetuadas por modelos de crescimento desiguais. Além disso, os estudos reforçam a importância das políticas públicas como instrumentos essenciais para a promoção da justiça social e ambiental. Ao fazer uma análise aprofundada dessas temáticas, este número convida o leitor a refletir criticamente sobre os caminhos para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. Boa leitura!